

É hoje prática corrente evidenciar o papel de organizações internacionais e regionais de segurança, como a ONU ou a NATO relegando-se para segundo plano, o papel desempenhado por organizações, como a OSCE, na prevenção e resolução de conflitos regionais.

No actual cenário político é recorrente a exortação do emprego da força militar e cada vez mais prevalecente a ideia de diplomacia musculada, como se a simples invocação ou ameaça de emprego das mesmas, constituísse por si só garante da estabilidade e segurança internacionais.

Se é verdade que uma diplomacia sem o apoio de meios militares pode ficar condicionada na sua acção, não é menos verdade que uma acção militar, quando não acompanhada por esforços diplomáticos preventivos pode incorrer em graves erros de avaliação. Destes erros fazem frequentemente parte a subestimação dos contornos da conflitualidade que ultrapassam os óbvios contornos da relação de poder entre estados, em particular quando as partes em conflito não se acomodam naquela forma de organização política. Referimo-nos aos importantes aspectos do perfil das partes em litígio, à natureza dos objectivos em disputa e sobre as inerentes consequências de uma acção militar, que não tenha em linha de conta questões tão importantes como o respeito pelos valores democráticos, étnicos, religiosos e identitários de um conflito, áreas nas quais a OSCE tem tido um crescente protagonismo.

Na Europa tem prevalecido, salvo algumas excepções, uma preferência pelo recurso a estratégias preventivas por parte dos Estados e das organizações, que colocam a diplomacia no topo das agendas internacionais das mesmas. A ideia de levar à estampa um numero da Nação e Defesa dedicado à OSCE -Novos Desafios à Segurança Europeia tem por objectivo chamar a atenção para aquela problemática.

Duas circunstâncias vieram reforçar este nosso propósito: a Presidência Portuguesa da OSCE no decurso de 2002 e a realização de uma conferência internacional coorganizada pelo Instituto Diplomático e pelo Instituto da Defesa Nacional em Julho do mesmo ano com o intuito de assinalar aquele evento.

Deste resultou um conjunto de intervenções, que por razões de natureza editorial não foi possível contemplar na íntegra no presente número, pelo que se optou por um critério temático, cujo conteúdo se encontrasse preferencialmente vocacionado para os grandes arranjos da segurança europeia actual, para os instrumentos da OSCE na resposta ao desenho actual da segurança europeia e para o testemunho de alguns dos intervenientes sobre os mais recentes desempenhos da OSCE, nos domínios da diplomacia preventiva e da resolução de conflitos.

O manifesto interesse do público leitor sobre esta matéria reforçou a motivação do IDN no sentido de publicar alguns dos resultados dados a conhecer no decurso da conferência, possibilitando aos leitores que não tiveram a oportunidade de nela participar um contacto com esta matéria pouco divulgada no meio editorial português.